

## **Decreto-Lei nº 39/98**

de 31 de Agosto

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do nº 2 do artigo 216º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### **Artigo 1º**

#### **Âmbito de aplicação**

O presente diploma aplica-se a todas as embarcações nacionais, com excepção dos navios de guerra e das embarcações de recreio.

### **Artigo 2º**

#### **Definição e tipos de arqueação**

1. A arqueação bruta representa a medida do volume total de uma embarcação, determinada em conformidade com as disposições do presente diploma.

2. A arqueação líquida representa a medida da capacidade útil de uma embarcação, determinada em conformidade com as disposições do presente diploma.

### **Artigo 3º**

#### **Entidade arqueadora**

1. A Direcção-Geral de Marinha e Portos (DGMP) é a entidade competente para determinar a arqueação das embarcações, reconhecer os respectivos cálculos e emitir os competentes certificados.

2. As embarcações de tráfego local, com excepção das de passageiros, de pesca local e auxiliares locais desprovidas de motor, e com comprimento de sinal superior a 24 m, são arqueadas por peritos da capitania do local de arqueação, nomeados pelo Capitão do porto, que emite o respectivo certificado.

3. Dos certificados emitidos em conformidade com o número anterior são, enviadas cópias à DGMP.

### **Artigo 4º**

#### **Regras de arqueação**

1. A arqueação das embarcações de comprimento igual ou superior a 24m, que efectuem viagens internacionais, é feita de acordo com as regras da Convenção Internacional sobre a Arqueação de Navios, 1969.

2. As embarcações não incluídas no número anterior são arqueadas segundo as regras constantes do anexo I do presente diploma, do qual faz parte integrante.

### **Artigo 5º**

#### **Emissão de certificados**

O certificado Internacional de Arqueação (1969) relativo às embarcações referidas no nº 1 do artigo 4º e o certificado de arqueação relativo às restantes embarcações são do modelo a aprovar por portaria do membro do Governo responsável pela área da Marinha e Portos.

### **Artigo 6º**

#### **Certificados especiais de arqueação**

1. Podem ser emitidos certificados especiais de arqueação, em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades de outros Estados, quando tal seja exigido para a navegação em determinadas zonas.

2. Os certificados referidos no número anterior são emitidos pela Direcção Geral da Marinha e Portos (DGMP), tomando por base os cálculos efectuados por sociedade de classificação, reconhecida pelo Governo de Cabo Verde.

#### Artigo 7º

##### **Certificado de arqueação para efeitos dos registos provisórios**

1. Os certificados de arqueação emitidos por administrações estrangeiras são considerados válidos para efeitos de registo provisório das embarcações nacionais.

2. Nos casos previstos no número anterior, a Direcção Geral da Marinha e Portos (DGMP) ou a autoridade consular competente deve averbar no certificado de arqueação que o mesmo é reconhecido pela República de Cabo Verde, pelo prazo máximo de seis meses, contado a partir da data do registo provisório, e perde a sua validade no termo desse prazo.

#### Artigo 8º

##### **Aceitação dos cálculos de arqueação**

À solicitação dos interessados, a Direcção Geral da Marinha e Portos (DGMP) homologa os cálculos de arqueação, desde que estes se mostrem devidamente elaborados, e emite os respectivos certificados com base nos mesmos.

#### Artigo 9º

##### **Certificados das embarcações estrangeiras**

1. A República de Cabo Verde reconhece os certificados das embarcações estrangeiras emitidas pelas autoridades administrativas competentes dos Estados contratantes da Convenção referida no nº 1 do artigo 4º do presente diploma.

2. No caso de embarcações estrangeiras não abrangidas pela Convenção referida no nº 1 do artigo 4º do presente diploma, a República de Cabo Verde aceita os certificados emitidos ao abrigo das regras de arqueação em vigor nos respectivos países de registo.

#### Artigo 10º

##### **Modificações das embarcações**

Os certificados de arqueação perdem a validade sempre que as embarcações sofram modificações que impliquem a alteração dos valores de arqueação.

#### Artigo 11º

##### **Certificados emitidos ao abrigo da legislação anterior**

Os certificados de arqueação emitidos ao abrigo da legislação anterior mantêm a sua validade até o termo do respectivo prazo.

#### Artigo 12º

##### **Taxas**

As taxas devidas pelos serviços prestados, no âmbito do presente diploma, são fixadas por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas finanças e marinha e portos.

#### Artigo 13º

##### **Revogação**

Fica revogada, toda a legislação anterior respeitante à arqueação de embarcações abrangidas pelo presente diploma.

#### Artigo 14º

##### **Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

*Carlos Veiga – Helena Semedo.*

Promulgado em 17 de Agosto de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTONIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO.

Referendado em 18 de Agosto de 1998.

O Primeiro Ministro, *Carlos Veiga.*

### ANEXO I

Regras para cálculos da arqueação bruta e líquida das embarcações não abrangidas pela Convenção Internacional sobre a Arqueação dos Navios, 1969.

#### PARTE A

A arqueação bruta (GT) e a arqueação líquida (NT) das embarcações não abrangidas pela Convenção Internacional sobre a Arqueação dos Navios, 1969, são calculadas de acordo com o anexo I da referida Convenção Internacional.

#### PARTE II

##### **Métodos simplificados para o cálculo das arqueações bruta e líquida**

1. O Cálculo simplificado para o cálculo da arqueação líquida pode ser aplicado a embarcações de comprimento entre perpendiculares inferior a 24m, desde que a DGMP considere aceitável o seu resultado.

2. O cálculo da arqueação bruta (GT) e da arqueação líquida (NT) das embarcações, utilizando o método simplificado, é efectuado através das seguintes fórmulas.

$$GT = (V1 + V2) \times K1$$

$$V1 = L \times B \times P \times C$$

onde:

V1 é o volume do casco abaixo do pavimento superior, em metros cúbicos;

L é o comprimento entre perpendiculares definido no artigo 2 (8) da Convenção, em metros;

B é a boca definida na regra 2 (3) da Convenção, em metros;

P é o pontal de construção definido na regra 2 (2) (a) da Convenção, em metros;

C é a constante definida pela DGMP para cada tipo de embarcação;

V2 é o volume total de todos os espaços fechados sobre o pavimento superior, em metros cúbicos, excluindo o volume dos espaços referidos na regra 2 (5) da Convenção;

K1 é uma constante igual a 0,25.

$$NT = 0,30 \times GT$$

3. O valor da constante C, a aplicar no cálculo do volume abaixo do pavimento superior, para cada classe típica de embarcações, é definido por portaria do Ministro do Mar.

4. A pedido do armador, o cálculo das arqueações bruta e líquida, pode ser efectuado de acordo com a parte A, devendo para tal ser apresentada a devida justificação.